

Ciborgues, xamãs e seres híbridos: ficção científica indígena e o futuro ancestral

Cyborgs, Shamans and Hybrid Beings: Indigenous Science Fiction and the Ancestral Future

Tiago Negrão Andrade*
Maria Cristina Gobbi**

Resumo: Este artigo investiga como a ficção especulativa indígena contemporânea desafia paradigmas ocidentais de futuro, tecnologia e conhecimento, propondo alternativas enraizadas em cosmologias ancestrais. Por meio de uma abordagem qualitativa e crítica, analisamos obras literárias, projetos artísticos e documentos curatoriais (2000-2025) que articulam espiritualidade, corporeidades híbridas e insurgência linguística. Os resultados revelam narrativas que desestabilizam a linearidade temporal, reconfiguram a técnica como prática relacional e afirmam pedagogias especulativas baseadas em justiça epistêmica. Concluimos que essas produções não apenas criticam o colonialismo, mas atuam como ferramentas de reexistência e regeneração ontológica, ampliando os horizontes do imaginável.

Palavras-chave: Ficção indígena; Decolonialidade; Cosmopolítica; Futuros ancestrais; Justiça epistêmica.

Abstract: This article examines how contemporary Indigenous speculative fiction challenges Western paradigms of future, technology, and knowledge, proposing alternatives rooted in ancestral cosmologies. Through a qualitative and critical approach, we analyze literary works, artistic projects, and curatorial documents (2000-2025) that articulate spirituality, hybrid corporealities, and linguistic insurgency. Findings reveal narratives that destabilize temporal linearity, reconfigure technology as relational practice, and affirm speculative pedagogies based on epistemic justice. We conclude that these productions not only critique colonialism but also act as tools of re-existence and ontological regeneration, expanding the horizons of the imaginable.

Keywords: Indigenous fiction; Decoloniality; Cosmopolitics; Ancestral futures; Epistemic justice.

* Doutor em Mídia e Tecnologia pela FAAC-UNESP. Atua como professor na Universidade Anhembi Morumbi (Campus Athon, Sorocaba), e as pesquisas atuais buscam integrar comunicação social e engenharia de alimentos no campo de *food media studies*.

** Pesquisadora Livre docente (RDIDP) em História da Comunicação e da Cultura Midiática na América Latina. Professora na graduação em Jornalismo e nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) e em Mídia e Tecnologia (PPGMiT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Ênfase em estudos sobre a presença da mulher na comunicação/jornalismo, cultura midiática, história e memória, Cultura Popular, diversidade cultural e suas nuances sociais e tecnológicas.

Introdução

A emergência da ficção científica indígena como campo criativo e político desestabiliza de modo contundente os paradigmas ocidentais de modernidade, progresso e tecnociência. Em um contexto global de colapso ecológico, esgotamento epistêmico e crise de futuro, essas narrativas não apenas produzem mundos especulativos, mas reconfiguram os regimes de sensibilidade e de verdade a partir de epistemologias ancestrais. Frente à aceleração tecnocapitalista que projeta o porvir como extrapolação linear da modernidade, a ficção indígena propõe temporalidades circulares, ontologias relacionais e pedagogias especulativas enraizadas na terra, na oralidade e no corpo coletivo (Haraway, 2016; Cusicanqui, 2010). A centralidade desse tema reside, portanto, na sua potência de reposicionar a imaginação como prática cosmopolítica¹ e como instrumento de justiça epistêmica num mundo em transição.

Nos últimos anos, observa-se um crescimento significativo da visibilidade dessas produções em espaços curatoriais, editoriais e acadêmicos, como exemplificado na exposição *Histórias Indígenas*² (MASP, 2023), nos projetos *Future Ancestral Technologies* (Luger, 2018)³ e *The Red Deal* (The Red Nation, 2021)⁴, e em obras literárias como *Love After the End* (Whitehead, 2020)⁵ e *Ghost Lake* (Adler, 2020)⁶. Essas produções dialogam com uma virada decolonial na crítica

¹ O conceito de “cosmopolítica”, formulado por Isabelle Stengers (2005; 2010), refere-se a uma política que reconhece a agência de múltiplos seres – humanos e não humanos – como participantes ativos na produção do mundo comum. A cosmopolítica desafia a noção moderna de natureza como domínio passivo e propõe que decisões coletivas devem considerar entidades, forças e relações que excedem o horizonte do humano. Trata-se de uma ética-ontologia da atenção e da responsabilidade, na qual mundos heterogêneos coabitam sem serem reduzidos a um único regime de verdade. Nas perspectivas indígenas, essa abordagem encontra ressonância imediata, pois articula territorialidade, espiritualidade e cuidado como dimensões inseparáveis da vida política. *Histórias Indígenas*

² A exposição “*Histórias Indígenas*” (MASP, 2023) reuniu obras históricas e contemporâneas de diversos povos originários das Américas, articulando arte, política e territorialidade a partir de curadorias realizadas com lideranças indígenas.

³ “*Future Ancestral Technologies*”, de Cannupa Hanska Luger, é um projeto multimídia que fabula tecnologias do futuro ancoradas em práticas, cosmologias e materialidades indígenas, invertendo a lógica da inovação ocidental.

⁴ “*The Red Deal*”, manifesto do coletivo indígena The Red Nation, propõe políticas de justiça ambiental e civilizacional fundamentadas em epistemologias e cosmopolíticas indígenas.

⁵ A antologia “*Love After the End*”, organizada por Joshua Whitehead, reúne contos Two-Spirit que imaginam futuros especulativos baseados em parentesco, afeto e resistência cosmológica.

⁶ A antologia “*Love After the End*”, organizada por Joshua Whitehead, reúne contos Two-Spirit que imaginam futuros especulativos baseados em parentesco, afeto e resistência cosmológica.

contemporânea e tensionam os limites do que é reconhecido como *ficção científica*⁷, saber legítimo ou futuro possível. A pesquisa sobre essas manifestações, contudo, ainda é incipiente no campo acadêmico brasileiro, sendo majoritariamente desenvolvida nos contextos anglófonos e latino-americanos, com lacunas teóricas, epistemológicas e metodológicas a serem preenchidas.

O objeto de estudo deste artigo são as narrativas ficcionais indígenas que articulam elementos de espiritualidade, tecnologia e imaginação radical para fabular futuros ancestrais. Tais narrativas mobilizam linguagens verbais, visuais e rituais para produzir mundos especulativos que operam simultaneamente como crítica e criação ontológica. Diferenciam-se de outras vertentes da ficção científica por sua ancoragem cosmológica, sua recusa ao progresso linear e sua afirmação da interdependência entre seres, territórios e temporalidades (Escobar, 2018; Santos, 2007). Essa concepção de tempo insurgente ganha força também nas práticas discursivas indígenas. Em sua análise das cartas coletivas dos *Munduruku*, *Tiffany Higgins* demonstra como a linguagem é mobilizada não apenas como denúncia, mas como ferramenta ontológica de afirmação de mundos. Ao invés de recorrer à racionalidade ambientalista hegemônica, os *Munduruku* articulam seus protestos a partir de cosmologias relacionais que incorporam espíritos, rios e corpos-territórios como sujeitos epistêmicos e políticos. Higgins, (2023) identifica nesses textos o uso de estruturas narrativas que expressam uma resistência não apenas material, mas também epistemológica e ontológica, afirmando o território como lugar de enunciação cosmopolítica. Em contraste com as abordagens tecnofuturistas centradas na inovação como

⁷ O termo “ficção especulativa”, conforme empregado por Donna Haraway (2016), distingue-se das classificações convencionais da ficção científica ao propor uma prática narrativa que não descreve mundos futuros como projeções lineares da modernidade, mas como exercícios de imaginação crítica capazes de interrogar as fronteiras ontológicas do humano, do tecnológico e do terrestre. Para Haraway, o “especulativo” não é o hipotético futurista da ficção científica industrial, mas uma fabulação materialista situada, que fabula mundos possíveis a partir de alianças multiespécies, cosmologias alternativas e formas de cuidado. Assim, embora dialogue com a ficção científica, a ficção especulativa desloca seu eixo epistemológico: em vez de explicar o futuro por meio da técnica, convoca modos de existência que reconfiguram ontologias, temporalidades e relações interespécies.

acúmulo e na técnica como ferramenta de controle, estas narrativas reinscrevem o futuro como reencontro com o sagrado, o coletivo e o sensível.

Entre os principais desafios enfrentados por este campo estão o risco de folclorização, a apropriação cultural e a persistente marginalização das línguas e epistemes indígenas nos circuitos hegemônicos de produção e circulação do saber (Spivak, 2003; Fricker, 2007). Além disso, há controvérsias quanto à classificação desses textos como ficção científica, gênero que historicamente operou dentro de uma matriz eurocentrada de cientificidade, racionalidade e imaginação técnica. Este artigo propõe-se a intervir nesse debate ao compreender a ficção especulativa indígena não como uma adaptação de um gênero ocidental, mas como reexistência linguística, estética e cosmológica.

O propósito deste estudo é investigar como essas narrativas fabulam mundos outros a partir de cosmologias indígenas, criando uma crítica imanente ao modelo civilizatório dominante e propondo pedagogias do porvir enraizadas na ancestralidade. Pergunta-se: de que maneira a ficção especulativa indígena reinscreve a imaginação como tecnologia política? Quais epistemologias, temporalidades e corporeidades são ativadas por essas obras para reencantar o futuro? O artigo busca, assim, contribuir para o campo dos estudos decoloniais, da literatura indígena e da filosofia da tecnologia, ampliando os horizontes da crítica contemporânea sobre ficção, futuro e mundo.

Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, teórica e crítica, fundamentada nos campos dos estudos decoloniais, da filosofia da tecnologia e das epistemologias do Sul, com ênfase na análise de narrativas ficcionais indígenas e de documentos curatoriais, jurídicos e institucionais produzidos entre 2000 e 2025. A investigação articula os aportes de autores como Haraway (2016), Escobar (2018), Cusicanqui (2010), Santos (2007) e Fricker (2007), cujas obras contribuem para problematizar os regimes de verdade, as ontologias relacionais e as políticas da linguagem que atravessam a produção de futuros especulativos em contextos indígenas. As fontes analisadas incluem obras literárias como *Love After the End*

(Whitehead, 2020) e *Ghost Lake* (Adler, 2020), projetos artísticos como *Future Ancestral Technologies* (Luger, 2018) e Histórias Indígenas (MASP, 2023), bem como legislações e convenções internacionais – a exemplo da Constituição do Equador (2008) e da Convenção 169 da OIT (BRASIL, 1989) – e iniciativas pedagógicas bilíngues documentadas pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2018). O corpus foi selecionado com base em critérios de relevância teórica, representatividade cosmopolítica e consistência na articulação entre espiritualidade, técnica e território. A análise foi conduzida por meio de codificação temática e interpretação crítica do discurso, visando mapear os principais tensionamentos entre modernidade, colonialidade e imaginação radical, bem como compreender como tais narrativas operam como dispositivos de justiça epistêmica, reencantamento temporal e reconfiguração do sensível. A estratégia metodológica adotada busca, assim, revelar os modos pelos quais a ficção especulativa indígena desestabiliza paradigmas ocidentais de ciência, futuro e subjetividade, ao propor pedagogias narrativas enraizadas em outras formas de saber e de existir.

Resultados e Discussão

A articulação crítica das análises desenvolvidas no artigo se orienta pelos principais tensionamentos identificados entre cosmologias indígenas, racionalidade ocidental e dispositivos de poder colonial. A seleção e interpretação das obras literárias, documentos institucionais e expressões artísticas permitiu evidenciar como narrativas especulativas atuam como práticas epistêmicas insurgentes que reconfiguram o tempo, o corpo e a linguagem como territórios de disputa. Ao invés de organizar os achados em categorias formais, a discussão emerge de conexões teóricas e simbólicas que entrelaçam espiritualidade, tecnicidade e resistência, destacando os modos como essas narrativas operam politicamente no campo da justiça cognitiva e na reimaginação do porvir. A análise propõe um deslocamento crítico dos marcos epistemológicos da modernidade, demonstrando como essas produções tensionam as fronteiras entre arte, conhecimento e política e instauram horizontes de reexistência que não cabem nos modelos lineares de progresso. Assim, os resultados dialogam

diretamente com os desafios contemporâneos da descolonização do saber e com as possibilidades concretas de regeneração ontológica a partir das pedagogias ficcionais indígenas.

Cosmologias contra o Progresso: Temporalidades indígenas e a recusa da modernidade linear

A recusa à linearidade do tempo, entendida como vetor acumulativo de progresso e dominação, constitui uma das críticas mais contundentes que a ficção especulativa indígena formula contra os fundamentos ontológicos da modernidade ocidental. Diferentemente da lógica teleológica do tempo moderno, estruturada em função da aceleração tecnológica e da extração contínua, as cosmologias de povos como os Krenak, Guarani e Kichwa concebem o tempo como um circuito relacional em que passado, presente e porvir coexistem em reciprocidade – um tempo espiral, reencantado e encarnado no território (CUSICANQUI, 2010; ESCOBAR, 2018). Nessa perspectiva, o futuro não é uma promessa de superação, mas um retorno ativo às memórias fundadoras, como evidenciam os contos da antologia *Love After the End* (WHITEHEAD, 2020), nos quais o porvir é tecido a partir da ancestralidade e do afeto coletivo.

Esse deslocamento temporal ganha densidade política ao confrontar as formas estatais de normatização da vida e do desenvolvimento. A incorporação do Sumak Kawsay (Buen Vivir) na Constituição do Equador (2008) e o discurso performático de Ailton Krenak na Assembleia Constituinte brasileira de 1987 – quando pinta o rosto com jenipapo em denúncia ao projeto civilizatório genocida – materializam formas insurgentes de conceber o tempo como direito e território. Nessa direção, Akomolafe (2017) defende a desaceleração como condição de sobrevivência ontológica, propondo que desacelerar é resistir à marcha forçada da modernidade e cultivar espaços-tempo onde outros mundos sejam possíveis.

No campo estético, narrativas visuais e performances artísticas também operam essa reconfiguração temporal. A exposição *Histórias Indígenas*, realizada pelo MASP em 2023, propôs um mergulho nas espirais temporais das artes ameríndias, deslocando o presente contínuo do consumo por temporalidades encantadas enraizadas no cuidado e na memória. Tal gesto ressoa com a proposta de Haraway

(2016) de “ficar com o problema”, que entende o passado não como peso a ser superado, mas como fonte de aliança e responsabilidade interespecie. O projeto Future Ancestral Technologies (LUGER, 2018) materializa esse princípio ao criar artefatos do porvir ancorados em tecnologias ancestrais, tensionando a cronologia linear da inovação com a força atemporal da espiritualidade territorial.

Por fim, esse debate se estende ao campo das tecnologias de monitoramento ambiental. Hood e Gabrys (2024) analisam como sistemas de detecção de desmatamento em tempo real impõem às florestas uma “temporalidade contínua”, na qual os ritmos da vida são subsumidos por dados e alertas automatizados. Em contraste, os autores evocam os “futurismos florestais”: práticas indígenas que resistem ao tempo-extrativista ao reinscrever o futuro como relação com espíritos, ciclos ecológicos e memória compartilhada. Reconfigurar o tempo, portanto, não é apenas um gesto simbólico, mas uma insurgência contra os dispositivos coloniais de gestão do mundo – uma prática cosmopolítica de devolução da temporalidade às comunidades que dela foram expropriadas.

Tecnoshamanismo e corporeidades híbridas: entre espiritualidade, técnica e território

A ficção especulativa indígena reinscreve o corpo como lugar de mediação ontológica, desfazendo as dicotomias fundadoras da modernidade – como natureza e cultura, espírito e máquina, humano e não-humano. As corporeidades narradas nessas obras não são metáforas de alteridade, mas configurações sensíveis e epistemológicas que instauram formas de existência híbridas, onde técnica e espiritualidade se co-implicam. A figura do ciborgue, tradicionalmente ligada à fusão de humano e máquina sob o signo do controle racional, é reconfigurada nessas narrativas como entidade relacional, espiritual e territorial, como exemplificam os personagens de *Love After the End* (WHITEHEAD, 2020) e *Ghost Lake* (ADLER, 2020), cujas vidas e saberes estão imersos na memória dos ancestrais e nos códigos do território.

Nesse contexto, o tecnoshamanismo emerge não como fusão entre categorias antagônicas, mas como atualização de práticas indígenas ancestrais que já

operavam como tecnologias ontoespirituais. Como argumenta Cusicanqui (2010), os saberes ameríndios integram linguagens, grafismos, sons e plantas em sistemas epistemológicos não fragmentados, nos quais cura, comunicação e cosmologia estão entrelaçadas. Essa engenharia relacional é visível nas práticas xamânicas dos Shipibo-Conibo, cujos cantos medicinais produzem padrões visuais que guiam o corpo e o espírito. Tais práticas, historicamente marginalizadas, reaparecem na ficção especulativa sob formas criativas e políticas, como no projeto Future Ancestral Technologies (LUGER, 2018), que elabora artefatos futuros a partir de técnicas e símbolos indígenas, invertendo a lógica da inovação para reinscrever a técnica como mediação com o território.

A ritualidade, nesse horizonte, atua como tecnologia de presença e insurgência. Os grafismos corporais, cantos e cosmografias visuais – como documentado em *As Hiper Mulheres*⁸ (SETTE; FAUSTO; KUIKURO, 2011) – não apenas compõem um repertório estético, mas operam como diagramas vivos de reexistência. Esses corpos narrativos são, como propõe Escobar (2018), expressões de um “design ontológico” situado, que desautoriza a separação entre técnica e vida. Eles corporificam resistências que não se orientam pela potência individual, mas pela densidade dos vínculos: com os espíritos, as máquinas, os seres não-humanos e o chão sagrado que sustenta todas as relações.

Reinscrever a técnica nesses termos é descolonizar o sensível. O que essas narrativas oferecem não é uma versão exótica da ficção científica, mas uma radicalização da ideia de corpo como território e linguagem. Ao deslocar a técnica da esfera da dominação para o campo da reciprocidade, a ficção especulativa indígena ativa modos de cura e criação que escapam à gramática do progresso e afirmam o corpo híbrido como chave para mundos possíveis. Nesse gesto, o futuro não é um produto da inovação, mas um desdobramento ritual do vivido – um modo de estar no mundo em que corpo, código e cosmo são inseparáveis.

⁸ “As Hiper Mulheres” é um documentário que registra o maior ritual feminino do povo Kuikuro, destacando cantos, grafismos e corporeidades como tecnologias cosmopolíticas e práticas de reexistência.

Fabulando mundos outros: ficção indígena, políticas da linguagem e justiça epistêmica

A linguagem constitui um dos campos mais decisivos da disputa epistêmica e ontológica travada pela ficção especulativa indígena. Mais do que meio expressivo, ela é apresentada como território vivo e instrumento de soberania cosmopolítica. Ao fabular mundos em línguas originárias, modos narrativos orais e códigos visuais do território, essas narrativas desestabilizam os regimes coloniais de inteligibilidade que definem o que pode ser reconhecido como conhecimento legítimo. Como argumenta Spivak (2003), a violência epistêmica não se resume à exclusão da voz subalterna, mas inclui sua tradução forçada dentro de uma gramática ocidental que domestica e normatiza os modos de enunciação do outro.

Essa crítica se materializa na obra de autoras como Yásnaya Aguilar Gil (2020), cuja escrita em mixe reivindica a língua como epistemologia própria e denuncia os dispositivos monolíngues do Estado-nação, que sistematicamente silenciaram os povos indígenas em nome da homogeneização nacional. De modo semelhante, Eliane Potiguara (2004) reativa mitos e expressões em guarani não como ornamento literário, mas como gesto ontológico de renomear o mundo a partir de sua matriz ancestral. Esses gestos narrativos funcionam como contra-arquivos (FRICKER, 2007): reorganizam as memórias interdidas pela modernidade, devolvendo às línguas indígenas sua função cosmopoética e sua legitimidade como formas de saber e de criação.

A disputa pela linguagem tem também um desdobramento institucional. A Convenção nº 169 da OIT (BRASIL, 1989) e o artigo 231 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) reconhecem os direitos linguísticos e culturais dos povos indígenas, mas sua implementação esbarra em estruturas estatais que seguem operando sob a lógica da integração e do monolinguismo. Projetos como os desenvolvidos pelo Instituto Socioambiental (ISA, 2018), voltados à educação bilíngue e à valorização das línguas originárias, revelam os embates entre políticas públicas universalistas e práticas pedagógicas contra-hegemônicas ancoradas no território.

Nessa chave, a ficção não é mero reflexo de uma realidade oprimida, mas um meio de refundação ontológica do mundo. Como propõe Santos (2007), descolonizar o saber exige descolonizar os estilos narrativos, os regimes de verdade e os modos de escuta. As narrativas especulativas indígenas não se contentam em representar mundos outros – elas os performam, ao dissolver as fronteiras entre fala e mundo, nome e existência. Ao articular fabulação e insurgência linguística, essas obras tornam visível o que Butler (2020) descreve como política da legibilidade: a luta por ser reconhecido não apenas como objeto de discurso, mas como sujeito de linguagem.

Essa fabulação linguística adquire ainda maior potência quando inserida em contextos de exclusão múltipla, como os analisados por Kirksey e Chao (2022), ao identificarem práticas narrativas emergentes em comunidades indígenas, prisionais e ambientais. Para os autores, a arte especulativa multiespécie opera como prática insurgente de justiça epistêmica, ao afirmar que fabular é resistir – e que imaginar é, em si, uma forma de ação material sobre o mundo. Ao subverter as gramáticas da colonialidade e ao instaurar mundos por meio da palavra, a ficção indígena não apenas narra futuros: ela os convoca.

Reencantar o futuro: resistência cosmopolítica, reexistência e pedagogias especulativas

Reencantar o futuro, na ficção especulativa indígena, não implica idealizar um retorno ao passado mítico, mas ativar vínculos interditados pela modernidade: com a terra, com os ancestrais, com os seres não-humanos e com os modos sensíveis de existência que sustentam a vida em comum. Essas narrativas projetam o porvir não como extrapolação técnica, mas como reenraizamento espiritual e cosmológico, no qual imaginar é também cuidar, escutar e refazer os fios que conectam corpo, território e linguagem. Como propõe Haraway (2016), reexistir é “ficar com o problema” – não para resolvê-lo dentro da lógica da inovação, mas para habitá-lo com práticas regenerativas que entrelaçam mundos.

Essa pedagogia do porvir manifesta-se de forma contundente em obras como as de Darcie Little Badger (2021)⁹, que articula mitologias Lipan Apache com futuros ecológicos devastados, onde o fim não é catástrofe, mas transição. A fabulação se apresenta aqui como prática de cuidado coletivo e de restituição da potência simbólica àquilo que o colapso tenta apagar. Essa abordagem dialoga com Akomolafe (2017), ao propor a desaceleração como gesto ético e ontoeducacional, e com Benjamin (2019), ao denunciar os futuros envenenados por tecnologias racializadas que operam dentro do chamado “novo código Jim”.

Essas práticas especulativas não operam apenas no campo da arte e da literatura, mas articulam-se com formas concretas de intervenção tecnológica. Diversas iniciativas contemporâneas, desenvolvidas em parceria com povos indígenas em diferentes regiões do mundo, utilizam ferramentas de inteligência artificial como aliadas na preservação cultural, no cuidado com o território e na reconfiguração de futuros possíveis. O Quadro 1 a seguir sintetiza algumas dessas experiências, indicando também os riscos e os desafios que tais tecnologias impõem quando não ancoradas em epistemologias indígenas.

Quadro 1 - Inteligência Artificial e Povos Indígenas: Potenciais, Riscos e Epistemologias

Categoria de Análise	Principais Descobertas	Exemplos Empíricos	Implicações
IA para preservação e conscientização de IKS	Uso de IA para revitalização linguística, preservação de culturas e territórios; destaque para ASR, VR, TTS, corpora e modelos adaptados.	Seneca ASR (Thai et al., 2019); MaryTTS para Māori; reconhecimento de arte rupestre com <i>transfer learning</i> ; Waorani (Espín-León).	Tecnologias devem ser desenvolvidas com e para as comunidades; necessidade de alinhamento cultural e linguístico.

⁹ A escritora Lipan Apache Darcie Little Badger combina mitologia ancestral, ecologia especulativa e imaginação radical para fabular futuros de resistência e cuidado interespecie.

IA para enfrentamento de desafios indígenas	IA aplicada à saúde, educação, turismo e gestão territorial; destaque para diagnóstico precoce, robótica cultural e mapeamentos sustentáveis.	Apps em Noongar; otoscopia com IA em crianças aborígenes; energia híbrida em comunidades maias; poços Borana com sensores e <i>machine learning</i> .	Projetos devem ser baseados em demandas locais e fomentar soberania técnica e epistêmica.
Riscos e preocupações com o uso de IA	Sistemas algorítmicos reforçam desigualdades; riscos à soberania de dados; IA como novo vetor colonial se não regulada por princípios éticos indígenas.	Proteção infantil desproporcional (Krakouer et al.); viés em saúde e justiça; ausência de consentimento e epistêmica despossessão.	Urgência de regulamentações éticas baseadas em consulta e co-governança indígena.
Epistemologias indígenas como fundamento para o desenvolvimento de IA	IKS pode inspirar novos paradigmas de IA; integração de filosofias relacionais e cosmologias indígenas no design de sistemas éticos e contextualizados.	Ubuntu na IA africana; <i>Dreaming stories</i> como lógicas não-lineares; propostas do NeurIPS Workshop e CARE Principles (Carroll et al.).	Reconhecimento das epistemologias indígenas como legítimas e produtivas no campo tecnológico.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Thai et al. (2019), Espín-León (2021), Krakouer et al. (2023), Carroll et al. (2021) e dados de iniciativas apresentadas em workshops NeurIPS e CARE.

Como evidenciam os dados do Quadro 1, a disputa pelo futuro não se dá apenas no plano simbólico, mas também no desenho e no controle das infraestruturas técnicas. A ficção especulativa indígena, ao fabular mundos outros, oferece também critérios para avaliar criticamente os sistemas automatizados que moldam o porvir: não basta representar povos indígenas nas tecnologias; é preciso garantir sua soberania técnica, epistêmica e cosmopolítica na própria construção dos mundos por vir.

No campo estético e curatorial, projetos como Future Ancestral Technologies (LUGER, 2018) e exposições como Histórias Indígenas (MASP, 2023) corporificam essas pedagogias especulativas em experiências sensoriais que combinam arte, espiritualidade e fabulação. Tais iniciativas recusam a estética da diversidade domesticada, propondo em seu lugar uma cosmopolítica da atenção: modos de ver, sentir e imaginar que não fragmentam os saberes, mas os entrelaçam em

redes de convivência radical. Nesse horizonte, fabular não é imaginar o novo, mas regenerar o possível a partir de epistemologias enraizadas na escuta e no cuidado interespécie.

A proposta de imaginar a educação como tecido interespécie (SILOVA, 2020) amplia esse campo de atuação ao propor que práticas educativas não sejam regidas por hierarquias epistemológicas, mas por ecologias de saberes. Inspirando-se em tradições indígenas, budistas e ecofeministas, Silova argumenta que a pedagogia do futuro é menos um método e mais uma ética da atenção compartilhada. Essa lógica também orienta documentos como *The Red Deal* (THE RED NATION, 2021), que reforça a ideia de que respostas ao colapso climático e civilizatório exigem a centralidade das formas indígenas de pensar e projetar mundos.

Reencantar o porvir, assim, não se reduz a gesto simbólico. Trata-se de uma prática cosmopolítica insurgente que desorganiza os dispositivos modernos de futuro como aceleração e controle. A ficção especulativa indígena, ao propor pedagogias enraizadas no território, na oralidade e na espiritualidade, desafia não apenas as formas de ensinar, mas os próprios regimes de possibilidade do mundo. Reexistir, nesse contexto, é fabular – não como fuga, mas como fundação: um ato ontológico que restitui à palavra e à imagem a força de criar mundos outros, em que viver e imaginar sejam indissociáveis.

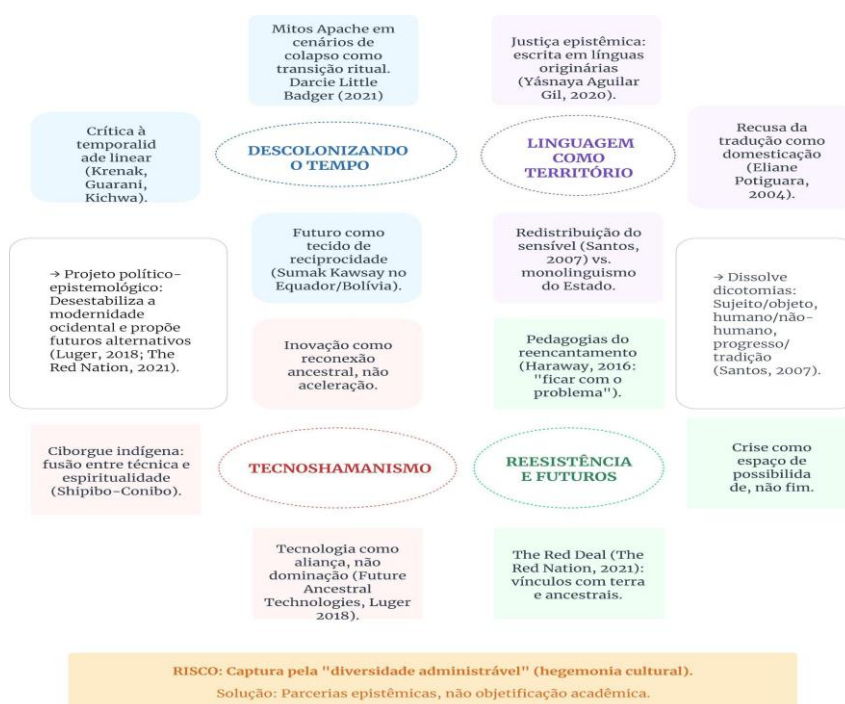
Síntese analítica

A ficção especulativa indígena não se limita a um gênero literário ou a uma expressão artística marginal: ela se configura como um projeto político-epistemológico radical, que desestabiliza os fundamentos da modernidade ocidental e propõe alternativas concretas para a reconstrução de futuros possíveis. Ao cruzar cosmovisões ancestrais, narrativas orais, tecnologias insurgentes e fabulações de mundos outros, essas produções não apenas contestam as estruturas coloniais do saber, mas reinventam as próprias categorias que definem realidade, tempo, corpo e linguagem. Se a racionalidade moderna se construiu sobre dicotomias excludentes – sujeito/objeto, humano/não-

humano, progresso/tradição –, a ficção especulativa indígena as dissolve em redes relacionais, onde o futuro não é uma linha reta, mas um tecido de possibilidades entrelaçadas.

A Figura 1 organiza graficamente quatro eixos interconectados – *Descolonizando o Tempo, Linguagem como Território, Tecnoshamanismo e Reexistência e Futuros* – como dimensões convergentes de projetos político-epistêmicos que articulam saberes indígenas, crítica à modernidade e práticas de reencantamento do mundo. Cada eixo é ancorado em autores, conceitos e experiências que tensionam as dicotomias clássicas do pensamento ocidental (como humano/não-humano ou tempo linear/espíralado) e propõem alternativas cosmopolíticas enraizadas na ancestralidade, no território e na pluralidade linguística. O esquema visa destacar a densidade conceitual e a transversalidade ética dessas epistemologias insurgentes, evidenciando suas articulações com a crítica à colonialidade do saber, da linguagem e da técnica.

Figura 1 - Cosmopolíticas do Porvir: Eixos Epistêmicos de Futuro, Linguagem e Tecnologia em Perspectivas Decoloniais



Fonte: Elaborado pelos autores com base em: Krenak, Guarani e Kichwa (s/d); Darcie Little Badger (2021); Yásnaya Aguilar Gil (2020); Eliane Potiguara (2004); Santos (2007); Haraway (2016); Luger (2018); The Red Nation (2021); Shipibo-Conibo (s/d); Future Ancestral Technologies (2018).

As implicações do diagrama são profundas: ele evidencia que a simples inclusão da diversidade epistêmica nos marcos acadêmicos ou institucionais, sem transformação estrutural, corre o risco de neutralizar sua potência por meio da "captura pela diversidade administrável". Ao propor como solução as "parcerias epistêmicas" e a recusa da objetificação acadêmica, a figura convida à revisão radical das formas de produção e validação do conhecimento. Isso implica deslocar o eixo de autoridade epistêmica, romper com os dispositivos assimilacionistas do Estado e das ciências hegemônicas e reconhecer que tecnologias, línguas, rituais e temporalidades não ocidentais são, também, formas legítimas de teoria e intervenção no mundo.

Descolonizando o Tempo: Futuros Espirais e a Crítica ao Progresso

A recusa da temporalidade linear – eixo central da modernidade capitalista – emerge como um dos gestos mais radicais dessas narrativas. Enquanto o Ocidente projeta o futuro como um horizonte de acumulação e inovação tecnológica, cosmologias indígenas, como as dos povos Krenak, Guarani e Kichwa, entendem o tempo como um circuito vivo, onde passado, presente e futuro coexistem em relações de reciprocidade. Essa insurgência temporal não é apenas simbólica: ela se materializa em disputas concretas, como a incorporação do *Sumak Kawsay* (Buen Vivir) nas constituições do Equador e da Bolívia, ou nas narrativas de autores como Darcie Little Badger (2021), que reinscrevem mitos Lipan Apache em cenários de crise ecológica. Essas produções não escapam ao colapso, mas o reinterpretam como transição ritual, desafiando a noção ocidental de que o futuro é um território a ser conquistado, e não um vínculo a ser cultivado.

Tecnoshamanismo e Corporeidades Híbridas: A Técnica como Aliança, não como Dominação

Se a ficção científica ocidental celebra o ciborgue como fusão entre humano e máquina, a especulação indígena o reconceitua como ente relacional, onde tecnologia e espiritualidade não se opõem, mas se complementam. Projetos como *Future Ancestral Technologies* (Luger, 2018) não "incorporam" elementos indígenas a um futurismo eurocêntrico; eles invertem a própria direção do progresso, mostrando que a inovação não está na aceleração, mas na reconexão

com saberes ancestrais. O tecnoshamanismo, longe de ser uma metáfora, é uma prática epistêmica que ressignifica a técnica como extensão do território e do corpo coletivo – como evidenciam os cantos xamânicos Shipibo-Conibo, que codificam conhecimento em padrões visuais e sonoros. Essa abordagem desafia não apenas a ficção científica tradicional, mas também as políticas de desenvolvimento tecnológico, que ainda operam sob a lógica da extração e do controle.

Linguagem como Território de Disputa: Justiça Epistêmica e Fabulação Insurgente

A violência colonial não se restringe à ocupação de terras: ela se perpetua no apagamento de línguas, narrativas e modos de nomear o mundo. A ficção especulativa indígena, ao escrever em línguas originárias e reativar mitos orais, recusa a tradução como domesticação e afirma a fabulação como ato de soberania. Autoras como Yásnaya Aguilar Gil (2020)¹⁰ e Eliane Potiguara (2004)¹¹ não "incluem" palavras indígenas em textos ocidentais; elas desmontam a gramática do próprio cânone literário, mostrando que a justiça cognitiva não se resume à representação, mas à redistribuição do sensível (Santos, 2007). Essa insurgência linguística se reflete também em políticas educacionais, como os projetos de educação bilíngue do Instituto Socioambiental (ISA, 2018), que resistem ao monolinguismo do Estado-nação.

144

Reexistência e Pedagogias do Futuro: Para Além do Colapso

Diante da crise climática e do esgotamento dos modelos modernos, a ficção especulativa indígena não oferece soluções técnicas, mas práticas de reencantamento. Obras como *The Red Deal* (The Red Nation, 2021) e exposições como *Histórias Indígenas* (MASP, 2023) demonstram que a regeneração do futuro não virá da inovação desenraizada, mas da reativação de vínculos – com a terra, os ancestrais e os seres não-humanos. Como propõe Haraway (2016), é preciso

¹⁰ A linguista mixe Yásnaya Aguilar Gil defende a língua como território epistêmico e denuncia os dispositivos monolíngues do Estado-nação que historicamente apagaram epistemes indígenas.

¹¹ Eliane Potiguara, pioneira na literatura indígena contemporânea no Brasil, mobiliza mitos, ancestralidade e espiritualidade para reinscrever mundos a partir de cosmologias originárias.

"ficar com o problema", ou seja, habitar as crises como espaços de possibilidade, não como becos sem saída.

A Ficção como Ato Político

A especulação indígena não é um exercício de imaginação escapista: é uma ferramenta de reexistência, que reconstrói mundos a partir do que a colonialidade tentou apagar. Seu maior desafio não é a falta de visibilidade, mas o risco de captura pelo sistema cultural hegemônico, que transforma insurgências em "diversidade" administrável. Para que essas narrativas cumpram seu potencial transformador, é necessário que a academia, as instituições culturais e os movimentos sociais as abordem não como "objetos de estudo", mas como parceiras epistêmicas – reconhecendo que o futuro não será decifrado por teorias universais, mas tecido em alianças entre saberes plurais.

Considerações Finais

Este estudo buscou compreender de que modo a ficção científica indígena contemporânea – ao articular cosmologias, corporeidades híbridas, insurgências linguísticas e pedagogias especulativas – produz uma crítica profunda à racionalidade moderna, ao mesmo tempo em que projeta mundos outros fundados em alianças ontoepistêmicas. Ao privilegiar abordagens interdisciplinares e perspectivas decoloniais, a análise permitiu evidenciar como narrativas criadas por autoras e artistas indígenas não apenas denunciam os efeitos do colonialismo epistêmico e ambiental, mas também operam como dispositivos de reexistência, regeneração e futuro.

Entretanto, o escopo do estudo concentrou-se sobretudo em produções literárias e artísticas já traduzidas ou inseridas em circuitos editoriais e museológicos de mídia e alta circulação. Com isso, permanecem parcialmente invisibilizadas as narrativas orais, os registros de territórios em resistência e as produções em línguas originárias que circulam de forma comunitária ou fora do mercado cultural global. Essa limitação aponta para a necessidade de ampliar o diálogo com experiências não mediadas por formas canônicas de publicação, incluindo performances ritualizadas, práticas pedagógicas locais e formas de criação

coletiva de imaginários. Também seria relevante tensionar mais diretamente as ambiguidades envolvidas na recepção dessas obras por públicos urbanos não indígenas, considerando os riscos de fetichização estética ou de esvaziamento político.

Diante disso, pesquisas futuras podem se debruçar sobre circuitos de circulação e tradução de obras indígenas especulativas, bem como sobre o impacto dessas narrativas em contextos educacionais interculturais e não indígenas. Há grande potencial em explorar como essas ficções podem ser mobilizadas em práticas pedagógicas plurilíngues, em políticas de letramento crítico e em currículos escolares que incorporem epistemologias do território e saberes ancestrais como parte do processo formativo.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados aqui discutidos indicam a urgência de políticas linguísticas e culturais que reconheçam e financiem produções artísticas indígenas em suas diversas expressões – escritas, orais, visuais, performáticas. Programas de incentivo à literatura indígena especulativa, à formação de professores indígenas e à inclusão de obras não ocidentais em bibliotecas escolares e universitárias podem funcionar como ferramentas de justiça cognitiva e democratização do imaginário. Mais do que preservar línguas e narrativas, trata-se de deslocar os marcos do pensável, ampliando o campo político da existência por meio da imaginação reencantada.

Referências

ADLER, Joshua Whitehead. **Ghost Lake**. Winnipeg: Arsenal Pulp Press, 2020.

AGUILAR GIL, Yásnaya. **Ää: manifiestos sobre la diversidad lingüística**. Ciudad de México: Almadía, 2020.

AKOMOLAFE, Bayo. **We will tell our stories and the world will breathe again**. The Emergence Network, 2017. Disponível em: <https://www.bayoakomolafe.net/post/we-will-tell-our-stories-and-the-world-will-breathe-again> . Acesso em: 3 jun. 2025.

BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code**. Cambridge: Polity Press, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 3 jun. 2025.

CHAO, Sophie; CELERMAJER, Danielle. Introduction: Multispecies Justice. **Cultural Politics**, v. 19, n. 1, p. 1-16, 2023. DOI: 10.1215/17432197-10232431.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

ESCOLAR, Arturo. **Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds**. Durham: Duke University Press, 2018.

FRICKER, Miranda. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2016.

HIGGINS, Tiffany. Wakoborun Rescued her Brother's Head From Enemy Hands: Munduruku Letters' Amerindian Perspectivism and Cosmopolitical Territory. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 32, n. 2, p. 221-243, 2023. DOI: 10.1080/13569325.2023.2227595.

HOOD, Kate Lewis; GABRYS, Jennifer. **Keeping time with digital technologies: From real-time environments to forest futurisms**. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 42, n. 1, p. 123-140, 2024. DOI: 10.1177/02637758241229896.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Educação indígena e bilinguismo**. São Paulo: ISA, 2018. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sobre> . Acesso em: 3 jun. 2025.

KIRKSEY, Eben; CHAO, Sophie. **Who Benefits from Multispecies Justice?**. In: CHAO, Sophie; KIRKSEY, Eben. *The Promise of Multispecies Justice*. Durham: Duke University Press, 2022. Cap. 1. DOI: 10.1215/9781478023524-001.

LITTLE BADGER, Darcie. **A Snake Falls to Earth**. New York: Levine Querido, 2021.

LUGER, Cannupa Hanska. **Future Ancestral Technologies**. 2018. Disponível em: <https://www.cannupahanska.com/future-ancestral-technologies> . Acesso em: 3 jun. 2025.

MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO (MASP). **Histórias Indígenas**. São Paulo: MASP, 2023. Disponível em: <https://masp.org.br/exposicoes/historias-indigenas> . Acesso em: 3 jun. 2025.

Brasil. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 da OIT - Povos Indígenas e Tribais**. Genebra: OIT, 1989. Disponível em:

<https://portal.antt.gov.br/conven%C3%A7ao-n-169-da-oit-povos-indigenas-e-tribais> . Acesso em: 3 jun. 2025.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. Rio de Janeiro: Global, 2004.

REPÚBLICA DO EQUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Quito: Asamblea Nacional, 2008. Disponível em: https://www.ecuadorencifras.gob.ec/LOTAIP/2017/DIJU/octubre/LA2_OCT_DIJ_U_Constitucion.pdf. Acesso em: 3 jun. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2007.

SETTE, Carlos Fausto; KUIKURO, Takuma. **As hiper mulheres**. [Filme-documentário]. Rio de Janeiro: Vídeo nas Aldeias, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fUbYN3jNnew> . Acesso em: 3 jun. 2025.

SILOVA, Iveta. Anticipating Other Worlds, Animating Our Selves: An Invitation to Comparative Education. **ECNU Review of Education**, v. 3, n. 2, p. 189-207, 2020. DOI: 10.1177/2096531120904246.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

THE RED NATION. **The Red Deal: Indigenous Action to Save Our Earth**. New York: Common Notions Press, 2021.

WHITEHEAD, Joshua. **Love After the End: An Anthology of Two-Spirit and Indigiqueer Speculative Fiction**. Vancouver: Arsenal Pulp Press, 2020.

CARROLL, Stephanie R. et al. **The CARE Principles for Indigenous Data Governance**. *Data Science Journal*, v. 19, n. 43, p. 1-12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5334/dsj-2020-043>.

ESPÍN-LEÓN, Monica et al. **Quantifying cultural identity loss using AI methods among the Waorani in Ecuador**. *AI & Society*, v. 35, p. 1001-1014, 2020.

HABIB, Khadija et al. **Artificial intelligence for ear disease detection in Aboriginal children using otoscopic images**. *Biomedical Signal Processing and Control*, v. 75, 2022.

JAMES, James et al. **Text-to-Speech System for Te Reo Māori**. *Proceedings of the Australasian Language Technology Association Workshop*, p. 1-9, 2020.

KOWLESSAR, Shawn et al. **Machine Learning for Indigenous Rock Art Chronology**. *Digital Applications in Archaeology and Cultural Heritage*, v. 23, p. e00190, 2021.

KRAKOUER, Joanna et al. **Algorithmic bias and child protection: Indigenous over-representation in automated risk assessments.** *Australian Social Work*, v. 74, n. 1, p. 1-13, 2021.

LEWIS, Jason Edward et al. **Indigenous Protocol and Artificial Intelligence Position Paper.** Honolulu: The Initiative for Indigenous Futures, 2020. Disponível em: <https://www.indigenous-ai.net>. Acesso em: 21 jun. 2025.

OCHUNGO, Paul et al. **Monitoring Indigenous wells using remote sensing and machine learning.** *Remote Sensing Applications: Society and Environment*, v. 25, 2022.

PERERA, Maneesha et al. **Indigenous peoples and artificial intelligence: A systematic review and future directions.** *Big Data & Society*, v. 12, n. 2, p. 1-22, abr./jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.1177/20539517251349170>.

RAHAMAN, Md. Azizul et al. **Wildflower App for Noongar Language Learning Using Deep Learning.** *Journal of Cultural Informatics*, v. 8, n. 2, p. 55-67, 2021.

TARIQ, Hafiz Muhammad et al. **Artificial Intelligence Based Smart Water Management System for Indigenous Communities.** *Sustainable Computing: Informatics and Systems*, v. 31, p. 100616, 2021.

THAI, Kien et al. **Improving Seneca ASR with Transfer Learning and Data Augmentation.** *Interspeech Conference Proceedings*, p. 1120-1124, 2019.